

Daniel Amorim Assumpção Neves

Manual de **Direito Processual Civil**

VOLUME ÚNICO

7.ª edição

revista, atualizada
e ampliada



SÃO PAULO

- A EDITORA MÉTODO se responsabiliza pelos vícios do produto no que concerne à sua edição (impressão e apresentação a fim de possibilitar ao consumidor bem manuseá-lo e lê-lo). Nem a editora nem o autor assumem qualquer responsabilidade por eventuais danos ou perdas a pessoa ou bens, decorrentes do uso da presente obra. Todos os direitos reservados. Nos termos da Lei que resguarda os direitos autorais, é proibida a reprodução total ou parcial de qualquer forma ou por qualquer meio, eletrônico ou mecânico, inclusive através de processos xerográficos, fotocópia e gravação, sem permissão por escrito do autor e do editor.

Impresso no Brasil – *Printed in Brazil*

- Direitos exclusivos para o Brasil na língua portuguesa

Copyright © 2015 by

Editora MÉTODO LTDA.

Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional

Rua Dona Brígida, 701, Vila Mariana – 04111-081 – São Paulo – SP

Tel.: (11) 5080-0770 / (21) 3543-0770 – Fax: (11) 5080-0714

metodo@grupogen.com.br | www.editorametodo.com.br

- O titular cuja obra seja fraudulentamente reproduzida, divulgada ou de qualquer forma utilizada poderá requerer a apreensão dos exemplares reproduzidos ou a suspensão da divulgação, sem prejuízo da indenização cabível (art. 102 da Lei n. 9.610, de 19.02.1998). Quem vender, expuser à venda, ocultar, adquirir, distribuir, tiver em depósito ou utilizar obra ou fonograma reproduzidos com fraude, com a finalidade de vender, obter ganho, vantagem, proveito, lucro direto ou indireto, para si ou para outrem, será solidariamente responsável com o contrafator, nos termos dos artigos precedentes, respondendo como contrafatores o importador e o distribuidor em caso de reprodução no exterior (art. 104 da Lei n. 9.610/98).

- Capa: Danilo Oliveira

- CIP – Brasil. Catalogação na fonte.
Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ.

Neves, Daniel Amorim Assumpção

Manual de direito processual civil / Daniel Amorim Assumpção Neves. – 7. ed. rev., atual. e ampl. – Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: MÉTODO, 2015.

ISBN 978-85-309-5987-6

Inclui bibliografia

1. Processo civil - Brasil. 2. Direito processual - Brasil. I. Título.



SUMÁRIO

LIVRO I

TEORIA GERAL DO PROCESSO

1. JURISDIÇÃO	3
1.1. Conceito	3
1.2. Equivalentes jurisdicionais	5
1.2.1. Autotutela	5
1.2.2. Autocomposição	6
1.2.3. Mediação	7
1.2.4. Arbitragem	18
1.3. Escopos da jurisdição	21
1.4. Características principais	23
1.4.1. Caráter substitutivo	23
1.4.2. Lide	24
1.4.3. Inércia	25
1.4.4. Definitividade	28
1.5. Princípios da jurisdição	28
1.5.1. Investidura	28
1.5.2. Territorialidade (aderência ao território)	29
1.5.3. Indelegabilidade	30
1.5.4. Inevitabilidade	31

1.5.5.	Inafastabilidade	32
1.5.6.	Juízo natural.....	37
1.5.7.	Promotor natural.....	38
1.6.	Espécies de jurisdição.....	39
1.6.1.	Jurisdição penal ou civil.....	39
1.6.2.	Jurisdição superior ou inferior.....	39
1.6.3.	Jurisdição comum e especial	40
1.7.	Jurisdição voluntária	40
1.7.1.	Características.....	40
1.7.1.1.	Obrigatoriedade	40
1.7.1.2.	Princípio inquisitivo	41
1.7.1.3.	Juízo de equidade.....	42
1.7.1.4.	Participação do Ministério Público como fiscal da lei.....	42
1.7.2.	Natureza jurídica	44
1.7.2.1.	Inexistência de caráter substitutivo	44
1.7.2.2.	Inexistência de aplicação do direito ao caso concreto	44
1.7.2.3.	Ausência de lide.....	45
1.7.2.4.	Não há partes, mas meros interessados	46
1.7.2.5.	Não há processo, mas mero procedimento	46
1.7.2.6.	Inexistência de coisa julgada material.....	47
1.8.	Tutela jurisdicional.....	48
1.8.1.	Espécie de crise jurídica.....	48
1.8.2.	Natureza jurídica dos resultados juridico-materiais	50
1.8.3.	Coincidência de resultados com a satisfação voluntária	53
1.8.4.	Espécie de técnicas procedimentais	55
1.8.5.	Cognição vertical (profundidade).....	60
2.	PROCESSO	63
2.1.	Introdução	63
2.1.1.	Processo como procedimento.....	63
2.1.2.	Processo como contrato.....	64
2.1.3.	Processo como um quase contrato.....	64
2.1.4.	Processo como relação jurídica.....	65
2.1.5.	Processo como situação jurídica	65
2.1.6.	Processo como procedimento em contraditório	66
2.1.7.	Procedimento animado por uma relação jurídica em contraditório	66

2.1.8.	Conclusão	67
2.2.	Procedimento.....	67
2.3.	Relação jurídica processual	67
2.3.1.	Composição.....	67
2.3.2.	Características.....	69
2.3.3.	Pressupostos processuais.....	70
2.3.3.1.	Pressupostos processuais subjetivos (juiz/juízo)	71
2.3.3.1.1.	Investidura	71
2.3.3.1.2.	Imparcialidade	71
2.3.3.1.3.	Competência	73
2.3.3.2.	Pressupostos processuais subjetivos (partes)	73
2.3.3.2.1.	Capacidade de ser parte	73
2.3.3.2.2.	Capacidade de estar em juízo	74
2.3.3.2.3.	Capacidade postulatória.....	75
2.3.3.3.	Pressupostos processuais objetivos	76
2.3.3.3.1.	Pressupostos processuais objetivos extrínsecos	76
2.3.3.3.2.	Pressupostos processuais objetivos intrínsecos	77
2.3.3.3.2.1.	Demanda	77
2.3.3.3.2.2.	Petição inicial apta.....	78
2.3.3.3.2.3.	Citação válida.....	78
2.3.3.3.2.4.	Regularidade formal.....	79
2.4.	Princípios Processuais	79
2.4.1.	Devido processo legal.....	79
2.4.2.	Contraditório	81
2.4.2.1.	Conceito tradicional: informação + possibilidade de reação	81
2.4.2.2.	Poder de influência das partes na formação do convencimento do juiz.....	83
2.4.2.3.	Contraditório como forma de evitar surpresa às partes.....	84
2.4.2.4.	Contraditório inútil.....	85
2.4.2.5.	Contraditório diferido (ou postecipado)	86
2.4.3.	Princípios dispositivo e inquisitivo (inquisitório)	89
2.4.4.	Motivação das decisões	90
2.4.5.	Isonomia	93
2.4.6.	Publicidade dos atos processuais.....	97
2.4.7.	Princípio da economia processual	100
2.4.8.	Princípio da instrumentalidade das formas	102

2.4.9. Princípio da razoável duração do processo.....	104
2.4.10. Princípio da cooperação	106
2.4.11. Princípio da boa-fé e lealdade processual	107
3. AÇÃO	115
3.1. Teorias da ação.....	115
3.1.1. Teoria imanentista (civilista)	115
3.1.2. Teoria concreta da ação	116
3.1.3. Teoria abstrata do direito de ação	117
3.1.4. Teoria eclética.....	118
3.1.5. Teoria da asserção	119
3.2. Condições da ação.....	121
3.2.1. Introdução.....	121
3.2.2. Possibilidade jurídica do pedido	122
3.2.3. Interesse de agir.....	124
3.2.4. Legitimidade	126
3.3. Elementos da ação.....	128
3.3.1. Introdução.....	128
3.3.2. Partes.....	129
3.3.3. Pedido.....	131
3.3.3.1. Certeza e determinação do pedido	131
3.3.3.2. Pedidos genéricos	132
3.3.3.2.1. Universalidade de bens	132
3.3.3.2.2. Demanda de indenização quando impos- sível a fixação do valor do dano.....	132
3.3.3.2.3. Valor a depender de ato a ser praticado pelo réu	135
3.3.3.3. Pedido implícito	135
3.3.3.4. Cumulação de pedidos	138
3.3.3.4.1. Requisitos para a cumulação dos pedi- dos.....	138
3.3.3.4.1.1. Pedidos não podem ser in- compatíveis entre si.....	140
3.3.3.4.1.2. Mesmo juízo competente para todos os pedidos.....	140
3.3.3.4.1.3. Identidade procedimental	141
3.3.3.4.2. Espécies de cumulação.....	142
3.3.4. Causa de pedir	144

4. COMPETÊNCIA.....	149
4.1. Introdução	149
4.2. Competência relativa e absoluta	150
4.2.1. Competência relativa.....	151
4.2.1.1. Legitimado para arguir a incompetência relativa	151
4.2.1.2. Reconhecimento de ofício da incompetência relativa	153
4.2.1.3. Momento para alegação da incompetência relativa ...	156
4.2.1.4. Forma de alegação da afronta à regra de competência relativa.....	157
4.2.1.5. Acolhimento da exceção e atos processuais já praticados.....	159
4.2.2. Competência absoluta	160
4.2.2.1. Legitimado para arguir a incompetência absoluta ...	160
4.2.2.2. Forma de alegação da incompetência absoluta	161
4.2.2.3. Reconhecimento da incompetência absoluta – atos praticados	162
4.2.2.4. Momento de arguição da incompetência absoluta...	163
4.2.3. Esquema comparativo entre competência absoluta e competência relativa	164
4.3. Critérios para fixação da competência.....	165
4.4. Competência internacional	166
4.4.1. Introdução – princípio da efetividade.....	166
4.4.2. Competência internacional concorrente e exclusiva	166
4.4.3. Litispendência internacional.....	168
4.5. Espécies de competência.....	169
4.5.1. Competência territorial.....	169
4.5.1.1. Foro comum (ou geral ou ordinário) – art. 94 do CPC	170
4.5.1.2. Direito real imobiliário – art. 95 do CPC	171
4.5.1.3. Inventário, partilha, arrecadação, cumprimento de disposições de última vontade e ações em que o espólio for réu – art. 96 do CPC	173
4.5.1.4. Réu ausente – art. 97 do CPC	175
4.5.1.5. Réu incapaz – art. 98 do CPC.....	175
4.5.1.6. União	175
4.5.1.7. Competência por delegação – art. 109, § 3.º, da CF... ..	177
4.5.1.8. Ação de separação, conversão de separação em divórcio e anulação de casamento – art. 100, I, do CPC	178

4.5.1.9.	Ação de alimentos – art. 100, II, do CPC.....	180
4.5.1.10.	Anulação de títulos extraviados ou destruídos – art. 100, III, do CPC.....	181
4.5.1.11.	Pessoa jurídica como réu – art. 100, IV, <i>a</i> , do CPC ...	181
4.5.1.12.	Obrigações contraídas pela agência ou sucursal – art. 100, IV, <i>b</i> , do CPC	182
4.5.1.13.	Sociedade que carece de personalidade jurídica figurar como ré – art. 100, IV, <i>c</i> , do CPC	183
4.5.1.14.	Obrigação a ser cumprida – art. 100, IV, <i>d</i> , do CPC...	183
4.5.1.15.	Reparação de dano – art. 100, V, do CPC	183
4.5.1.16.	Administrador ou gestor de negócios alheios figurando como réu – art. 100, V, <i>b</i> , do CPC.....	184
4.5.1.17.	Reparação de dano sofrido em razão de delito ou acidente de veículos – art. 100, parágrafo único, do CPC	184
4.5.2.	Competência funcional.....	186
4.5.2.1.	Conceito.....	186
4.5.2.2.	Competência funcional ou competência territorial absoluta?	187
4.5.2.2.1.	Art. 95 do CPC – ações reais imobiliárias	188
4.5.2.2.2.	Art. 2.º da Lei 7.347/1985 – Ação civil pública	188
4.5.3.	Competência em razão da matéria	189
4.5.4.	Competência em razão da pessoa	190
4.5.5.	Competência em razão do valor da causa	191
4.5.5.1.	Juizados Especiais Estaduais – Lei 9.099/1995.....	191
4.5.5.2.	Juizados Especiais Federais – Lei 10.259/2001.....	192
4.5.5.3.	Juizados Especiais da Fazenda Pública Estadual – Lei 12.153/2009.....	193
4.5.5.4.	Foros regionais (distritais)	194
4.6.	Competência da Justiça Federal	194
4.6.1.	Competência em razão da pessoa (<i>ratione personae</i>).....	195
4.6.1.1.	Inciso I – “as causas em que a União, entidade autárquica ou empresa pública federal forem interessadas na condição de autoras, rés, assistentes ou oponentes, exceto as de falência, as de acidentes de trabalho e as sujeitas à Justiça Eleitoral e à Justiça do Trabalho”...	195
4.6.1.1.1.	Sujeitos previstos no inciso legal que determinam a competência da Justiça Federal.....	195

4.6.1.1.2.	Espécie de interesse que motiva a participação dos entes federais no processo..	196
4.6.1.1.3.	União Federal e ação de usucapião	197
4.6.1.1.4.	Intervenção dos entes federais em processos em trâmite perante a Justiça Estadual	197
4.6.1.1.5.	Competência recursal para reconhecer a incompetência absoluta	199
4.6.1.2.	Inciso II – “as causas entre Estado estrangeiro ou organismo internacional e Município ou pessoa domiciliada ou residente no País”	200
4.6.1.3.	Inciso VIII – “os mandados de segurança e os <i>habeas data</i> contra ato de autoridade federal, excetuados os casos de competência dos tribunais federais”	200
4.6.2.	Competência em razão da matéria (<i>ratio materiae</i>)	201
4.6.2.1.	Inciso III – “as causas fundadas em tratado ou contrato da União com Estado estrangeiro ou organismo internacional”	201
4.6.2.2.	Inciso X – “(…), a execução da carta rogatória, após o <i>exequatur</i> , e de sentença estrangeira, após a homologação, as causas referentes à nacionalidade, inclusive a respectiva opção, e à naturalização”	201
4.6.2.3.	Inciso XI – “a disputa sobre direitos indígenas”	201
4.6.2.4.	Inciso V-A – “as causas relativas a direitos humanos a que se refere o § 5.º deste artigo”	202
4.7.	Prorrogação de competência	202
4.7.1.	Conceito	202
4.7.2.	Prorrogação legal	203
4.7.2.1.	Conexão e continência	203
4.7.2.1.1.	Conceito	203
4.7.2.1.2.	Identidade da causa de pedir ou pedido – integral ou parcial?	206
4.7.2.1.3.	<i>Ratio</i> da conexão e a insuficiência do disposto no art. 103 do CPC	207
4.7.2.1.4.	Obrigatoriedade ou facultatividade na reunião de processos em razão da conexão... ..	208
4.7.2.2.	Ausência de ingresso pelo réu de exceção declinatória de foro	210
4.7.3.	Prorrogações voluntárias	210
4.7.3.1.	Eleição de foro	210
4.7.3.2.	Vontade unilateral do autor	212

4.8.	Prevenção	212
4.8.1.	Conceito	212
4.8.2.	Prevenção de causas conexas em primeiro grau de jurisdição	212
4.9.	Princípio da <i>perpetuatio jurisdictionis</i> – art. 87 do CPC	214
4.10.	Conflito de competência	216
4.10.1.	Conceito	216
4.10.2.	Legitimidade	217
4.10.3.	Competência para o julgamento do conflito	218
4.10.4.	Procedimento	219
5.	LITISCONSÓRCIO	223
5.1.	Conceito	223
5.2.	Hipóteses de cabimento	224
5.3.	Classificação do litisconsórcio	225
5.3.1.	Litisconsórcio ativo, passivo e misto	226
5.3.2.	Litisconsórcio inicial (originário) ou ulterior (posterior, incidental ou superveniente)	226
5.3.3.	Litisconsórcio necessário ou facultativo	227
5.3.4.	Litisconsórcio unitário e simples	229
5.4.	Limitação do litisconsórcio facultativo	230
5.4.1.	Reconhecimento de ofício pelo juiz	230
5.4.2.	Pedido da parte	231
5.4.3.	Litisconsórcio recusável?	231
5.4.4.	Consequência jurídica da limitação do litisconsórcio facultativo	232
5.5.	Litisconsórcio necessário e unitário. Necessárias distinções	236
5.6.	Litisconsórcio ativo necessário?	238
5.7.	Existe a intervenção <i>iussu iudicis</i> no processo civil brasileiro?	243
5.8.	Vício gerado pela ausência de litisconsórcio necessário	244
5.9.	Litisconsórcio alternativo e sucessivo	246
5.10.	Dinâmica entre os litisconsortes	247
5.10.1.	Atos de disposição de direito	249
5.10.2.	Presunção de veracidade dos fatos na revelia (art. 320, I, do CPC)	249
5.10.3.	Recurso interposto por somente um litisconsorte (art. 509, <i>caput</i> , do CPC)	250
5.10.4.	Produção da prova	251

5.10.5. A confissão e o litisconsórcio	251
5.10.6. Prazo para os litisconsortes	253
6. INTERVENÇÃO DE TERCEIROS.....	257
6.1. Intervenções típicas e atípicas.....	257
6.1.1. Processo/fase de conhecimento	258
6.1.1.1. <i>Amicus curiae</i>	258
6.1.1.2. Intervenções da Lei 9.469/1997	265
6.1.1.3. Ação de alimentos	266
6.1.2. Processo/fase de execução	270
6.1.3. Processo cautelar	270
6.2. Assistência	271
6.2.1. Introdução.....	271
6.2.2. Assistência simples (adesiva).....	272
6.2.3. Assistência litisconsorcial (qualificada).....	273
6.2.3.1. Assistente litisconsorcial ou litisconsorte facultativo unitário?	274
6.2.4. Procedimento da assistência.....	275
6.2.5. Os poderes do assistente simples.....	278
6.2.6. Os poderes do assistente litisconsorcial.....	280
6.2.7. Imutabilidade da justiça da decisão	280
6.2.8. Justiça da decisão e coisa julgada.....	281
6.3. Oposição	285
6.3.1. Conceito e natureza jurídica	285
6.3.2. Espécies de oposição	287
6.3.2.1. Intervenção de terceiro (art. 59 do CPC).....	287
6.3.2.2. Oposição como ação.....	287
6.3.2.3. Oposição após a sentença?	288
6.3.3. Procedimento	288
6.3.4. Recurso cabível contra decisão da oposição	290
6.3.5. Demanda bifronte	291
6.4. Nomeação à autoria.....	292
6.4.1. Conceito.....	292
6.4.2. Hipóteses de cabimento.....	293
6.4.2.1. Nomeação à autoria pelo mero detentor (art. 62 do CPC).....	294
6.4.2.2. Nomeação à autoria pelo mandatário em demandas de reparação de dano (art. 63 do CPC)	294

6.4.3.	Procedimento	296
6.5.	Denúnciação da lide	299
6.5.1.	Conceito	299
6.5.2.	Hipóteses de cabimento	300
6.5.2.1.	Denúnciação da lide pelo comprador evicto	300
6.5.2.2.	Denúnciação da lide do possuidor direto (art. 70, II, do CPC)	302
6.5.2.3.	Denúnciação do obrigado, por lei ou contrato, a indenizar regressivamente a parte (art. 70, III, do CPC)	302
6.5.3.	Obrigatoriedade	304
6.5.4.	Qualidade processual do denunciado	305
6.5.5.	Denúnciação sucessiva	308
6.5.6.	Procedimento da denúnciação da lide feita pelo autor	309
6.5.7.	Procedimento da denúnciação pelo réu	310
6.6.	Chamamento ao processo	317
6.6.1.	Conceito	317
6.6.2.	Hipóteses de cabimento	319
6.6.3.	Procedimento	320
6.6.4.	Chamamento ao processo no direito do consumidor	321
7.	PROCEDIMENTO SUMÁRIO	323
7.1.	Introdução	323
7.2.	Sumariedade formal	324
7.3.	Valor da causa (art. 275, I, do CPC)	325
7.4.	Matérias (art. 275, II, do CPC)	326
7.4.1.	Arrendamento rural e parceria agrícola	326
7.4.2.	Cobranças ao condômino de quaisquer quantias devidas ao condomínio	327
7.4.3.	Ressarcimento por danos em prédio urbano ou rústico	327
7.4.4.	Ressarcimento por danos causados em acidente de veículo de via terrestre	327
7.4.5.	Cobrança de seguro, relativamente aos danos causados em acidente de veículo, ressalvados os casos de processo de execução	328
7.4.6.	Cobrança de honorários de profissionais liberais	328
7.4.7.	Causas que versem sobre a revogação de doação	328
7.4.8.	Demais casos previstos em lei	328
7.5.	Petição inicial	329

7.6.	Citação	330
7.7.	Audiência de conciliação	331
7.8.	Presença das partes e patronos na audiência de conciliação.....	333
7.9.	Resposta do réu	334
7.10.	Casos de conversão em rito ordinário.....	335
7.11.	Intervenção de terceiros.....	336
8.	VÍCIOS DOS ATOS PROCESSUAIS	339
8.1.	Introdução	339
8.2.	Vício e nulidade	340
8.3.	Classificação	342
8.4.	Mera irregularidade	343
8.5.	Nulidades relativas.....	344
8.6.	Nulidade absoluta	346
8.7.	Inexistência jurídica	348
8.8.	Efeito expansivo e confinamento das nulidades	348

LIVRO II

CONHECIMENTO

9.	PETIÇÃO INICIAL.....	353
9.1.	Introdução	353
9.2.	Requisitos estruturais da petição inicial	354
9.2.1.	Juízo singular ou colegiado a que é dirigida a petição inicial....	354
9.2.2.	Indicação das partes e sua qualificação.....	355
9.2.3.	Os fatos e os fundamentos jurídicos do pedido	357
9.2.4.	Pedido.....	358
9.2.5.	Valor da causa	358
9.2.6.	Provas com que o autor pretende demonstrar a verdade dos fatos alegados	360
9.2.7.	Requerimento para citação do réu.....	361
9.3.	Documentos indispensáveis à propositura da demanda	362
10.	POSTURAS DO JUIZ DIANTE DA PETIÇÃO INICIAL.....	363
10.1.	Introdução	363

10.2.	Emenda da petição inicial	364
10.3.	Indeferimento da petição inicial	366
10.3.1.	Conceito de indeferimento, recorribilidade e juízo de retratação.....	366
10.3.2.	Hipóteses de indeferimento da petição inicial (art. 295, parágrafo único, do CPC).....	367
10.3.2.1.	Inépcia da petição inicial	367
10.3.2.2.	Manifesta ilegitimidade de parte.....	368
10.3.2.3.	Falta de interesse de agir.....	369
10.3.2.4.	Prescrição e decadência.....	369
10.3.2.5.	Procedimento inadequado.....	369
10.3.2.6.	Ausência de indicação do nome do patrono do autor e não realização de emenda	370
10.4.	Julgamento de improcedência liminar.....	372
10.4.1.	Introdução.....	372
10.4.2.	Requisitos para o julgamento de improcedência liminar.....	373
10.4.3.	Conduta do juiz.....	374
10.4.4.	Julgamento parcial de improcedência liminar?	375
10.4.5.	Julgamento da apelação pelo tribunal.....	376
10.5.	Citação	379
10.5.1.	Conceito.....	379
10.5.2.	Efeitos da citação.....	382
10.5.2.1.	Efeitos processuais	382
10.5.2.1.1.	Indução à litispendência	382
10.5.2.1.2.	Prevenção do juízo	383
10.5.2.1.3.	Estabilização da demanda	384
10.5.2.2.	Efeitos materiais	385
10.5.2.2.1.	Tornar a coisa litigiosa.....	385
10.5.2.2.2.	Interrupção da prescrição.....	386
10.5.2.2.3.	Constituição em mora do devedor.....	387
10.5.3.	Modalidades de citação	389
10.5.3.1.	Correio.....	389
10.5.3.2.	Oficial de justiça.....	391
10.5.3.3.	Editais	394
10.5.3.4.	Meio eletrônico.....	397
11.	RESPOSTAS DO RÉU.....	399
11.1.	Introdução	399
11.2.	Reconhecimento jurídico do pedido.....	402
11.3.	Impugnação ao valor da causa	403

11.4.	Impugnação à concessão dos benefícios da assistência judiciária.....	406
11.5.	Contestação	413
11.5.1.	Defesas processuais	414
11.5.1.1.	Defesas dilatórias.....	414
11.5.1.1.1.	Inexistência ou nulidade de citação (art. 301, I, do CPC)	414
11.5.1.1.2.	Incompetência absoluta do juízo (art. 301, II, do CPC)	415
11.5.1.1.3.	Conexão/continência (art. 301, VII, do CPC).....	415
11.5.1.2.	Defesas peremptórias	416
11.5.1.2.1.	Inépcia da petição inicial (art. 301, III, do CPC).....	416
11.5.1.2.2.	Perempção (art. 301, IV, do CPC).....	416
11.5.1.2.3.	Litispêndência (art. 301, V, do CPC).....	417
11.5.1.2.4.	Coisa julgada (art. 301, VI, do CPC)	418
11.5.1.2.5.	Convenção de arbitragem (art. 301, IX, do CPC).....	418
11.5.1.2.6.	Carência da ação (art. 301, X, do CPC).....	419
11.5.1.3.	Defesas dilatórias potencialmente peremptórias.....	419
11.5.1.3.1.	Incapacidade de parte, defeito de representação ou falta de autorização (art. 301, VIII, do CPC)	419
11.5.1.3.2.	Falta de caução ou de outra prestação, que a lei exige como preliminar (art. 301, XI, do CPC)	420
11.5.2.	Defesas de mérito.....	420
11.5.2.1.	Defesa de mérito direta	421
11.5.2.2.	Defesa de mérito indireta	421
11.5.3.	Princípio da impugnação específica dos fatos	422
11.5.4.	Princípio da eventualidade	423
11.6.	Exceções rituais	424
11.6.1.	Teoria geral das exceções.....	427
11.6.1.1.	Legitimidade para alegação.....	427
11.6.1.2.	Momento de alegação	427
11.6.1.3.	Órgão competente para decidir a exceção	428
11.6.1.4.	Prazo para a interposição da exceção	428
11.6.1.5.	Termo inicial da contagem de prazo	429
11.6.1.6.	Momento de suspensão do procedimento principal...	429
11.6.1.6.1.	Suspensão imprópria	430

11.6.1.6.2. Momento final da suspensão.....	430
11.6.2. Exceção de incompetência relativa.....	431
11.6.2.1. Prazo de interposição.....	431
11.6.2.2. Forma de alegação.....	431
11.6.2.3. Interposição no foro de domicílio do réu.....	432
11.6.2.4. Conteúdo da exceção de incompetência.....	433
11.6.2.5. Procedimento da exceção.....	434
11.6.3. Exceção de suspeição e impedimento.....	435
11.6.3.1. Procedimento.....	436
11.7. Reconvenção.....	439
11.7.1. Conceito.....	439
11.7.2. Condições da ação.....	440
11.7.2.1. Legitimidade de parte.....	440
11.7.2.2. Interesse de agir.....	443
11.7.2.3. Possibilidade jurídica do pedido.....	445
11.7.3. Pressupostos processuais.....	446
11.7.4. Procedimento.....	447
11.8. Ação declaratória incidental.....	450
11.8.1. Ação declaratória incidental e reconvenção.....	451
12. REVELIA.....	453
12.1. Conceito.....	453
12.2. Efeitos.....	454
12.2.1. Fatos alegados pelo autor serão reputados verdadeiros.....	454
12.2.2. Desnecessidade de intimação do réu revel.....	457
12.2.3. Julgamento antecipado do mérito.....	458
12.3. Modificação objetiva da demanda.....	459
12.4. Ingresso do réu revel no processo.....	460
12.4.1. Participação do réu revel no procedimento probatório.....	461
12.4.1.1. Provas causais.....	461
12.4.1.2. Provas pré-constituídas.....	462
13. PROVIDÊNCIAS PRELIMINARES E JULGAMENTO CONFORME O ESTADO DO PROCESSO.....	467
13.1. Providências preliminares.....	467
13.2. Julgamento conforme o estado do processo.....	469

13.2.1. Introdução.....	469
13.2.2. Extinção do processo sem a resolução do mérito.....	469
13.2.3. Extinção do processo com a resolução do mérito, fundada no art. 269, II a V, do CPC	470
13.2.4. Julgamento antecipado da lide	471
13.2.5. Saneamento do processo.....	476
14 PROVAS	481
14.1. Teoria geral das provas.....	481
14.1.1. Conceito de prova	481
14.1.2. Espécies de prova	482
14.1.3. A verdade possível e a verossimilhança.....	483
14.1.4. A caducidade das expressões “verdade formal” e “verdade real”	484
14.1.5. Direito à prova no processo civil.....	486
14.1.6. Objeto da prova	487
14.1.6.1. Exclusão do objeto de prova (art. 334 do CPC)	487
14.1.6.2. Relevância e pertinência.....	488
14.1.6.3. Fatos notórios.....	488
14.1.6.4. Ausência de controvérsia	489
14.1.6.5. Presunção.....	489
14.1.6.6. Prova do direito (art. 337 do CPC)	491
14.1.7. Ônus da prova.....	492
14.1.7.1. Regras de distribuição do ônus da prova (art. 333 do CPC).....	493
14.1.7.2. Inversão do ônus da prova.....	495
14.1.7.3. Momento de inversão do ônus da prova.....	497
14.1.7.4. Inversão da prova e inversão do adiantamento de custas processuais	498
14.1.8. Os poderes instrutórios do juiz.....	500
14.1.9. Preclusões para o juiz na atividade probatória	502
14.1.10. Valoração da prova	503
14.1.11. Prova emprestada.....	505
14.1.12. Prova ilícita.....	507
14.1.12.1. Proibição constitucional às provas ilícitas.....	508
14.1.13. Provas atípicas	510
14.2. Provas em espécie	512
14.2.1. Depoimento pessoal.....	512

14.2.1.1. Conceito.....	512
14.2.1.2. Os sujeitos envolvidos no depoimento pessoal.....	513
14.2.1.3. Consequências do depoimento pessoal.....	514
14.2.1.4. Procedimento.....	516
14.2.1.5. Diferenças entre interrogatório e depoimento pessoal.....	517
14.2.2. Da confissão.....	519
14.2.2.1. Conceito.....	519
14.2.2.2. Espécies de confissão.....	520
14.2.2.3. Indivisibilidade da confissão.....	521
14.2.2.4. Invalidação da confissão.....	522
14.2.3. Da exibição de documento ou coisa.....	525
14.2.3.1. Conceito.....	525
14.2.3.2. Aspectos procedimentais comuns.....	526
14.2.3.3. Procedimento contra a parte contrária.....	527
14.2.3.4. Procedimento contra terceiro.....	529
14.2.4. Da prova documental.....	532
14.2.4.1. Conceito.....	532
14.2.4.2. Documento público e sua força probante.....	533
14.2.4.3. Documento particular e sua força probante.....	534
14.2.4.4. Incidente de falsidade documental.....	535
14.2.4.4.1. Natureza jurídica e objeto.....	535
14.2.4.4.2. Procedimento.....	536
14.2.4.5. Produção da prova documental.....	538
14.2.5. Da prova testemunhal.....	541
14.2.5.1. Conceito.....	541
14.2.5.2. Cabimento.....	542
14.2.5.3. Sujeitos que podem testemunhar.....	543
14.2.5.4. Direitos e deveres da testemunha.....	544
14.2.5.5. Produção da prova testemunhal.....	546
14.2.6. Da prova pericial.....	553
14.2.6.1. Conceito e espécies.....	553
14.2.6.2. Cabimento.....	554
14.2.6.3. Procedimento.....	555
14.2.6.3.1. Indicação do perito.....	555
14.2.6.3.2. Escusa do perito.....	556
14.2.6.3.3. Prova pericial complexa.....	556
14.2.6.3.4. Substituição do perito.....	557

14.2.6.3.5. Atos preparatórios.....	558
14.2.6.3.6. Intimação prévia das partes.....	560
14.2.6.3.7. Apresentação do laudo.....	560
14.2.6.4. Prova pericial e audiência de instrução e julgamento	560
14.2.6.5. Segunda perícia.....	561
14.2.6.6. Princípio da persuasão racional e a prova pericial....	562
14.2.7. Da inspeção judicial.....	566
14.2.7.1. Conceito.....	566
14.2.7.2. Procedimento	566
15. AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO	569
15.1. Introdução	569
15.2. Procedimento	571
15.2.1. Abertura e pregão das partes	572
15.2.2. Conciliação (tentativa de autocomposição).....	572
15.2.3. Fixação dos pontos controvertidos	574
15.2.4. Esclarecimentos do perito.....	574
15.2.5. Depoimento pessoal.....	575
15.2.6. Oitiva das testemunhas.....	575
15.2.7. Debates orais	575
15.2.8. Prolação da sentença	576
15.3. Audiência una e contínua.....	577
15.4. Adiamento da audiência	578
16. SENTENÇA	581
16.1. Conceito legal de sentença.....	581
16.2. Classificação das sentenças.....	585
16.2.1. Conteúdo da sentença.....	585
16.2.1.1. Teoria ternária e teoria quinária.....	585
16.2.1.2. Sentença meramente declaratória	586
16.2.1.3. Sentença constitutiva.....	588
16.2.1.4. Sentença condenatória	589
16.2.1.5. Sentença executiva <i>lato sensu</i>	590
16.2.1.6. Sentença mandamental.....	591
16.2.2. Resolução de mérito.....	591

16.2.2.1.	Sentenças terminativas (art. 267 do CPC).....	592
16.2.2.1.1.	Indeferimento da petição inicial.....	592
16.2.2.1.2.	Processo parado durante mais de um ano por negligência das partes.....	592
16.2.2.1.3.	Abandono do processo.....	593
16.2.2.1.4.	Ausência de pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo	595
16.2.2.1.5.	Perempção, coisa julgada e litispendência.....	596
16.2.2.1.6.	Carência da ação	597
16.2.2.1.7.	Convenção de arbitragem.....	598
16.2.2.1.8.	Desistência da ação.....	599
16.2.2.1.9.	Direitos intransmissíveis.....	600
16.2.2.1.10.	Confusão entre autor e réu	601
16.2.2.2.	Sentenças definitivas (art. 269 do CPC).....	602
16.2.2.2.1.	Acolhimento ou rejeição do pedido	603
16.2.2.2.2.	Reconhecimento jurídico do pedido.....	604
16.2.2.2.3.	Transação	604
16.2.2.2.4.	Prescrição e decadência	605
16.2.2.2.5.	Renúncia.....	605
16.3.	Requisitos da sentença	605
16.3.1.	Relatório.....	606
16.3.2.	Fundamentação	606
16.3.3.	Dispositivo.....	607
16.3.4.	Comentários gerais a respeito dos elementos da sentença.....	608
16.4.	Princípio da congruência	608
16.4.1.	Conceito.....	608
16.4.2.	Exceções ao princípio da congruência	610
16.5.	Sentença <i>extra petita</i>	611
16.5.1.	Recorribilidade da sentença <i>extra petita</i>	612
16.6.	Sentença <i>ultra petita</i>	613
16.6.1.	Recorribilidade da sentença <i>ultra petita</i>	614
16.7.	Sentença <i>citra petita</i> (<i>infra petita</i>).....	614
16.7.1.	Recorribilidade da sentença <i>citra petita</i>	616
16.8.	Modificação da sentença pelo juízo sentenciante	618
16.9.	Situação fática do momento da prolação da sentença	618
16.10.	Capítulos de sentença	620

17. COISA JULGADA	621
17.1. Coisa julgada formal e coisa julgada material	621
17.2. Coisa julgada total e parcial	622
17.3. Conceito e natureza jurídica	623
17.4. Função negativa da coisa julgada	625
17.5. Função positiva da coisa julgada	627
17.6. Limites objetivos da coisa julgada	628
17.7. Limites subjetivos da coisa julgada	631
17.8. Eficácia preclusiva da coisa julgada	634
17.9. Coisa julgada nas relações continuativas	636
17.10. Relativização da coisa julgada	637
17.10.1. Introdução	637
17.10.2. Coisa julgada inconstitucional	637
17.10.3. Coisa julgada injusta inconstitucional	642
17.11. Coisa julgada <i>secundum eventum probationis</i>	647
17.12. Coisa julgada <i>secundum eventum litis</i>	651

LIVRO III

MEIOS DE IMPUGNAÇÃO DAS DECISÕES JUDICIAIS

18. CONCEITO DE RECURSOS E SUCEDÂNEOS RECURSAIS	655
18.1. Introdução	655
18.1.1. Sucedâneos recursais internos	657
18.1.1.1. Reexame necessário	657
18.1.1.2. Correição parcial	661
18.1.1.3. Pedido de reconsideração	662
18.1.1.4. Impugnação e embargos à execução	665
18.1.2. Sucedâneos recursais externos (ações autônomas de impugnação)	665
19. CLASSIFICAÇÃO DOS RECURSOS	667
19.1. Introdução	667
19.2. Objeto imediato do recurso	667
19.3. Fundamentação recursal (causa de pedir)	668

19.4.	Abrangência da matéria impugnada	669
19.5.	Independência ou subordinação	670
20.	EFEITOS DOS RECURSOS	675
20.1.	Introdução	675
20.2.	Efeito obstativo	675
20.3.	Efeito devolutivo	676
20.4.	Efeito suspensivo	680
20.5.	Efeito translativo	684
20.6.	Efeito expansivo	687
20.7.	Efeito substitutivo	689
20.8.	Efeito regressivo	690
20.9.	Efeito diferido	690
21.	PRINCÍPIOS RECURSAIS	691
21.1.	Duplo grau de jurisdição	691
21.1.1.	Conceito	691
21.1.2.	Vantagens do duplo grau de jurisdição	693
21.1.3.	Desvantagens do duplo grau de jurisdição	694
21.1.4.	O princípio do duplo grau de jurisdição é princípio constitucional?	695
21.2.	Taxatividade (legalidade)	696
21.3.	Singularidade (unirrecorribilidade ou unicidade)	697
21.4.	Voluntariedade	699
21.5.	Dialeticidade	700
21.6.	Fungibilidade	701
21.6.1.	Dúvida fundada a respeito do recurso cabível	702
21.6.2.	Inexistência de erro grosseiro	704
21.6.3.	Inexistência de má-fé – Teoria do prazo menor	705
21.7.	Proibição da <i>reformatio in pejus</i>	707
21.8.	Irrecorribilidade em separado das decisões interlocutórias	709
21.9.	Complementaridade	710
21.10.	Consumação	711

22. JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE	713
22.1. Introdução	713
22.2. Pressupostos intrínsecos de admissibilidade recursal.....	715
22.2.1. Cabimento.....	715
22.2.2. Legitimidade recursal	717
22.2.2.1. Partes	718
22.2.2.2. Terceiro prejudicado.....	719
22.2.2.3. Ministério Público.....	721
22.2.3. Interesse recursal.....	721
22.2.3.1. Necessidade	721
22.2.3.2. Adequação.....	724
22.2.4. Inexistência de ato impeditivo ou extinto do direito de recorrer	725
22.2.4.1. Desistência.....	725
22.2.4.2. Renúncia.....	728
22.2.4.3. Aquiescência.....	729
22.3. Pressupostos extrínsecos de admissibilidade recursal.....	730
22.3.1. Tempestividade	730
22.3.2. Preparo	735
22.3.3. Regularidade formal	739
 23. JUÍZO DE MÉRITO.....	 743
23.1. Introdução	743
23.2. Causa de pedir: <i>error in procedendo</i> e <i>error in iudicando</i>	744
23.3. Pedido	745
 24. APELAÇÃO	 747
24.1. Cabimento.....	747
24.2. Procedimento.....	749
24.2.1. Introdução.....	749
24.2.2. Procedimento no 1.º grau de jurisdição	749
24.2.3. Procedimento no tribunal de segundo grau	753
24.3. Súmula impeditiva de recursos (art. 518, § 1.º, do CPC).....	754
24.4. Saneamento de vícios durante o julgamento da apelação (art. 515, § 4.º, do CPC).....	756
24.5. Novas questões de fato (art. 517 do CPC)	758
24.6. Teoria da causa madura	760

25. AGRAVO	763
25.1. Introdução	763
25.2. Agravos contra decisões interlocutórias de primeiro grau.....	763
25.2.1. Cabimento de agravo retido e de agravo de instrumento.....	763
25.2.1.1. Agravo retido.....	767
25.2.1.1.1. Agravo retido interposto de forma escrita....	767
25.2.1.1.2. Juízo de retratação e termo inicial de prazo para as contrarrazões.....	768
25.2.1.1.3. Agravo retido oral	769
25.2.1.1.4. Tempo de duração do agravo retido	770
25.2.1.1.5. A postura do agravado diante da interposição oral do agravo retido.....	770
25.2.1.1.6. A conversão do agravo de instrumento em retido	771
25.2.1.1.7. Pedido de julgamento na apelação ou contrarrazões.....	774
25.2.1.1.8. Julgamento do agravo retido no tribunal	776
25.2.1.2. Agravo de instrumento	777
25.2.1.2.1. Instrução do agravo de instrumento – peças processuais	777
25.2.1.2.1.1. Peças obrigatórias.....	780
25.2.1.2.1.2. Peças facultativas	781
25.2.1.2.1.3. Peças essenciais	782
25.2.1.2.2. Informação da interposição do agravo perante o primeiro grau.....	783
25.2.1.2.3. Procedimento	786
25.2.1.2.3.1. Distribuição (art. 527, <i>caput</i> , do CPC).....	786
25.2.1.2.3.2. Negativa de seguimento liminar (art. 527, I, do CPC)	787
25.2.1.2.3.3. Conversão em agravo retido... ..	788
25.2.1.2.3.4. Tutela de urgência.....	789
25.2.1.2.3.5. Requisição de informações	792
25.2.1.2.3.6. Intimação do agravo para a apresentação de contrarrazões	792
25.2.1.2.3.7. Oitiva do Ministério Público....	794

25.2.1.2.3.8. Julgamento do agravo	794
25.2.1.2.3.9. Agravo de instrumento pendente de julgamento e prolação de sentença	794
25.3. Agravos contra decisões interlocutórias de segundo grau	798
25.3.1. Agravo regimental	799
25.3.2. Agravo interno	801
25.3.2.1. Julgamento de conflito de competência (art. 120, parágrafo único)	801
25.3.2.2. Juízo de admissibilidade dos embargos infringentes. Decisão que nega conhecimento ao recurso (art. 532 do CPC)	801
25.3.2.3. Decisão que não admite o agravo contra decisão denegatória de seguimento de recurso especial e recurso extraordinário	802
25.3.2.4. Decisão monocrática do relator com base no art. 557 do CPC	803
25.3.2.5. Procedimento	807
25.3.2.5.1. Juízo de retratação	807
25.3.2.5.2. Inclusão em pauta	808
25.3.2.5.3. Contraditório	809
25.3.2.5.4. Agravo interno manifestamente inadmis- sível ou infundado	809
25.3.3. Agravo contra decisão denegatória de seguimento de recursos especial e extraordinário	811
25.3.3.1. Introdução	811
25.3.3.2. Cabimento	811
25.3.3.3. Procedimento	812
26. EMBARGOS INFRINGENTES	817
26.1. Cabimento	817
26.1.1. Hipóteses atípicas de cabimento	819
26.2. Objeto dos embargos infringentes	821
26.3. Efeitos dos embargos infringentes	823
26.4. Procedimento	824
27. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO	829
27.1. Natureza jurídica	829

27.2.	Cabimento	831
27.2.1.	Pronunciamentos recorríveis.....	831
27.2.2.	Vícios que legitimam o ingresso dos embargos de declaração.....	833
27.3.	Procedimento	836
27.4.	Efeito interruptivo dos embargos de declaração.....	838
27.4.1.	Embargos de declaração intempestivos	838
27.5.	Embargos de declaração – intempestividade <i>ante tempus</i>	839
27.6.	Manifesto caráter protelatório	840
27.7.	Embargos de declaração atípicos.....	843
27.7.1.	Embargos de declaração com efeito modificativo	845
27.7.2.	Embargos de declaração com efeitos infringentes	845
28.	RECURSO ORDINÁRIO CONSTITUCIONAL	847
28.1.	Introdução	847
28.2.	Cabimento	849
28.2.1.	Causas internacionais	849
28.2.2.	Recurso ordinário em mandado de segurança	850
28.2.3.	Recurso ordinário em <i>habeas data</i> e mandado de injunção ...	851
29.	RECURSO ESPECIAL	853
29.1.	Hipóteses de cabimento	853
29.1.1.	Pressupostos cumulativos	853
29.1.1.1.	Decisão de única ou última instância.....	853
29.1.1.2.	Decisão proferida por tribunal.....	854
29.1.1.3.	Prequestionamento	857
29.1.2.	Pressupostos alternativos	858
29.1.2.1.	Decisão que contrariar ou negar vigência a tratado ou lei federal.....	859
29.1.2.2.	Decisão que julgar válido ato de governo local contestado em face de lei federal.....	860
29.1.2.3.	Decisão que der a lei federal interpretação divergente da que lhe haja atribuído outro tribunal	860
30.	RECURSO EXTRAORDINÁRIO	863
30.1.	Hipóteses de cabimento	863

30.1.1. Pressupostos cumulativos	863
30.1.1.1. Decisão de única ou última instância.....	863
30.1.1.2. Prequestionamento.....	864
30.1.1.3. Repercussão geral.....	866
30.1.2. Requisitos específicos.....	873
30.1.2.1. Decisão que contrariar dispositivo constitucional....	873
30.1.2.2. Decisão que declarar a inconstitucionalidade de tratado ou lei federal	874
30.1.2.3. Decisão que julgar válida lei ou ato de governo local contestado em face da Constituição Federal	874
30.1.2.4. Decisão que julgar válida lei de governo local contestado em face de lei federal	875
31. ASPECTOS PROCEDIMENTAIS COMUNS AOS RECURSOS EXTRAORDINÁRIO E ESPECIAL	877
31.1. Procedimento.....	877
31.2. Confusão entre o juízo de admissibilidade e mérito	880
31.3. Efeitos dos recursos federais	882
31.3.1. Efeito devolutivo	883
31.3.2. Efeito suspensivo.....	885
31.4. Recursos excepcionais retidos.....	886
31.5. Julgamento por amostragem.....	889
32. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA.....	899
32.1. Introdução	899
32.2. Cabimento.....	900
32.2.1. Acórdão embargado.....	901
32.2.2. Acórdão paradigma.....	902
33. AÇÃO RESCISÓRIA	907
33.1. Natureza jurídica.....	907
33.2. Conceito de rescindibilidade	908
33.3. Objeto da rescisão	908
33.4. Hipóteses de cabimento	910
33.4.1. Prevaricação, concussão, corrupção passiva do juiz	911
33.4.2. Impedimento do juiz e incompetência absoluta do juízo	911

33.4.3. Dolo da parte vencedora e colusão das partes para fraudar a lei	913
33.4.4. Ofensa à coisa julgada.....	913
33.4.5. Violar literal disposição de lei.....	914
33.4.6. Prova falsa	915
33.4.7. Obtenção de documento novo	916
33.4.8. Fundamento para invalidar confissão, desistência ou transação em que se baseou a sentença	918
33.4.9. Erro de fato.....	921
33.5. Legitimidade.....	921
33.6. Competência	924
33.7. Prazo	925
33.8. Ação executória e execução do julgado	928
33.9. Procedimento	929
33.9.1. Petição inicial	929
33.9.2. Reações do juiz diante da petição inicial	932
33.9.3. Resposta do réu.....	932
33.9.4. Atividade saneadora	933
33.9.5. Fase probatória	933
33.9.6. Manifestações finais.....	934
33.9.7. Julgamento.....	934

LIVRO IV

EXECUÇÃO

34. FORMAS EXECUTIVAS	939
34.1. Introdução	939
34.2. Processo autônomo de execução e fase procedimental executiva	940
34.3. Execução por sub-rogação (direta) e por coerção (indireta)	943
35. PRINCÍPIOS DO PROCESSO DE EXECUÇÃO	947
35.1. Introdução	947
35.2. <i>Nulla executio sine titulo</i>	947
35.3. Patrimonialidade	949
35.4. Desfecho único e disponibilidade da execução.....	949

35.5. Utilidade	953
35.6. Menor onerosidade	953
35.7. Lealdade e boa-fé processual.....	955
35.8. Contraditório	958
35.9. Atipicidade dos meios executivos.....	959
36. PARTES NA EXECUÇÃO	961
36.1. Introdução	961
36.2. Diferentes espécies de legitimidade na execução	962
36.2.1. Polo ativo.....	962
36.2.2. Polo passivo.....	963
36.3. Legitimação ativa	963
36.3.1. Credor a quem a lei confere título executivo	963
36.3.2. Legitimidade do Ministério Público	964
36.3.3. Legitimidade do espólio, herdeiros e sucessores.....	966
36.3.4. Legitimidade do cessionário e do sub-rogado	967
36.4. Legitimidade passiva.....	967
36.4.1. Sujeito que figura no título como devedor.....	967
36.4.2. Legitimidade passiva do espólio, herdeiros e sucessores.....	968
36.4.3. Novo devedor	968
36.4.4. Fiador judicial	969
36.4.5. Responsável tributário	971
36.4.6. Legitimidade do responsável secundário	972
36.5. Intervenção de terceiros na execução.....	975
36.5.1. Intervenções típicas	975
36.5.2. Intervenções atípicas.....	978
37. COMPETÊNCIA DA EXECUÇÃO.....	979
37.1. Competência da execução de título executivo judicial	979
37.1.1. Introdução.....	979
37.1.2. Competência executiva dos tribunais	979
37.1.3. Competência do juízo que processou a causa no primeiro grau de jurisdição.....	981
37.1.3.1. Exceções à regra do art. 475-P, II, do CPC.....	981
37.1.3.2. Trâmite dos autos entre diferentes juízos.....	983
37.1.3.3. A regra do art. 475-P, II, do CPC e a <i>perpetuatio jurisdictionis</i>	984

37.1.4. Competência para a fase de satisfação de sentença arbitral, decisão homologatória de sentença estrangeira e sentença penal condenatória	985
37.2. Competência da execução de título extrajudicial	987
37.3. Competência no processo de insolvência civil	989
38. RESPONSABILIDADE PATRIMONIAL	991
38.1. Obrigação e responsabilidade patrimonial	991
38.2. Inexistência de responsabilidade pessoal	992
38.3. Bens que respondem pela satisfação na execução	993
38.4. Impenhorabilidade de bens	994
38.4.1. Patrimônio mínimo e dignidade humana	994
38.4.2. As hipóteses específicas de impenhorabilidade no direito brasileiro	996
38.4.2.1. Bens inalienáveis e os declarados, por ato voluntário, não sujeitos à execução	997
38.4.2.2. Móveis, pertences e utilidades domésticas (art. 649, II, do CPC)	997
38.4.2.3. Vestuários e pertencentes de uso pessoal	999
38.4.2.4. Ganhos aptos a manter a subsistência do executado	999
38.4.2.5. Bens necessários ou úteis ao exercício profissional	1002
38.4.2.6. Seguro de vida	1005
38.4.2.7. Materiais necessários para obras em andamento	1005
38.4.2.8. Pequena propriedade rural trabalhada pela família	1005
38.4.2.9. Recursos públicos ligados à aplicação compulsória em educação, saúde e assistência social	1006
38.4.2.10. Valores depositados em caderneta de poupança	1007
38.4.2.11. Recursos públicos do fundo partidário recebidos, nos termos da lei, por partido político	1007
38.5. Responsabilidade patrimonial secundária	1010
38.5.1. Bens do sucessor a título singular	1012
38.5.2. Bens do sócio, nos termos da lei	1012
38.5.3. Bens do devedor, quando estiverem em poder de terceiros	1020
38.5.4. Bens do cônjuge, nos casos em que os seus bens próprios, reservados ou de sua meação respondem pela dívida	1021
38.5.5. Bens alienados ou gravados com ônus real em fraude de execução	1025
38.6. Fraudes do devedor	1025

38.6.1. Fraude contra credores.....	1025
38.6.2. Fraude à execução.....	1027
38.6.3. Fraude de bem constricto judicialmente	1030
39. TÍTULO EXECUTIVO	1033
39.1. Introdução	1033
39.2. Títulos executivos judiciais	1036
39.2.1. Sentença proferida no processo civil que reconheça a existência de uma obrigação de fazer, não fazer, entregar coisa ou pagar quantia	1037
39.2.2. Sentença penal condenatória transitada em julgado	1041
39.2.3. Sentença homologatória de transação e de conciliação	1044
39.2.4. Sentença arbitral	1045
39.2.5. Acordo extrajudicial de qualquer natureza homologado judicialmente	1046
39.2.6. Sentença estrangeira homologada pelo Superior Tribunal de Justiça	1047
39.2.7. Formal e certidão de partilha.....	1048
39.3. Títulos executivos extrajudiciais.....	1049
39.3.1. Letra de câmbio, nota promissória, duplicata, debênture e cheque.....	1049
39.3.2. Escritura pública ou outro documento público assinado pelo devedor; documento particular assinado pelo devedor e por duas testemunhas; instrumento de transação referendado pelo Ministério Público, pela Defensoria Pública ou pelos advogados dos transatores.....	1050
39.3.3. Contratos garantidos por hipoteca, penhor, anticrese e de caução, bem como de seguro de vida	1052
39.3.4. Crédito decorrente de foro e laudêmio	1053
39.3.5. Crédito, documentalmente comprovado, decorrente de aluguel de imóvel, bem como de encargos acessórios, tais como taxas e despesas de condomínio.....	1053
39.3.6. Crédito de serventário da justiça, de perito, de intérprete e tradutor quando as custas, emolumentos ou honorários forem aprovados por decisão judicial	1054
39.3.7. Certidão de dívida ativa da Fazenda Pública da União, Estado, Distrito Federal, Território e Município, correspondente aos créditos inscritos na forma da lei.....	1055
39.3.8. Todos os demais títulos, a que, por disposição expressa, a lei atribuir força executiva.....	1057

40. EXECUÇÃO PROVISÓRIA	1059
40.1. Conceito	1059
40.2. Execução provisória de título executivo extrajudicial.....	1060
40.3. Caução na execução provisória.....	1062
40.4. Dispensa da caução.....	1065
40.5. Responsabilidade objetiva do exequente.....	1067
40.6. Formalização dos autos da execução provisória.....	1068
40.7. Execução provisória contra a Fazenda Pública	1069
40.8. Honorários advocatícios	1070
 41. LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA.....	 1075
41.1. Conceito de liquidez e obrigações liquidáveis	1075
41.2. Títulos que podem ser objeto de liquidação	1077
41.3. Vedação à sentença ilíquida.....	1077
41.4. Liquidação na pendência de recurso recebido no efeito suspensivo ...	1079
41.5. Decisão que julga a liquidação: decisão interlocutória ou sentença?...	1080
41.6. Natureza da decisão pela qual a liquidação é julgada.....	1082
41.7. Liquidação como forma de frustração da execução	1083
41.8. Natureza jurídica da liquidação.....	1086
41.9. Legitimidade ativa.....	1087
41.10. Competência	1088
41.11. Regra da fidelidade ao título executivo (art. 475-G do CPC)	1089
41.12. Liquidação por mero cálculo aritmético do credor.....	1090
41.12.1. Introdução	1090
41.12.2. Dados necessários à elaboração dos cálculos em poder do executado ou de terceiros.....	1091
41.12.3. Consequência da ausência de exibição de dados.....	1091
41.12.4. Remessa dos autos ao contador.....	1093
41.12.5. Procedimento da remessa dos autos ao contador	1094
41.13. Liquidação por arbitramento.....	1095
41.13.1. Cabimento.....	1095
41.13.2. Procedimento.....	1096
41.14. Liquidação por artigos	1097

42. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA DA OBRIGAÇÃO DE FAZER E NÃO FAZER	1103
42.1. Introdução	1103
42.2. Aspectos procedimentais	1104
42.3. Tutela específica e conversão em perdas e danos.....	1105
42.3.1. Vontade do exequente	1105
42.3.2. Impossibilidade de obtenção da tutela específica ou resultado prático equivalente	1107
42.3.3. Onerosidade excessiva.....	1107
42.3.4. Procedimento da conversão em perdas e danos.....	1108
42.4. Atipicidade das formas executivas	1108
42.4.1. Prisão civil	1109
42.5. Multa coercitiva.....	1111
42.5.1. Introdução.....	1111
42.5.2. Valor da multa.....	1111
42.5.3. Beneficiado pela multa.....	1112
42.5.4. Fazenda Pública em juízo.....	1113
42.5.5. Alteração do valor e periodicidade da multa	1114
42.5.6. Exigibilidade da multa	1117
42.5.7. Termo inicial da multa e intimação do devedor	1119
 43. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA DE OBRIGAÇÃO DE ENTREGAR COISA ..	 1123
43.1. Introdução	1123
43.2. Aspectos procedimentais	1124
 44. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA – OBRIGAÇÃO DE PAGAR QUANTIA	 1127
44.1. Introdução.....	1127
44.2. Termo inicial de contagem da multa de 10% (art. 475-J, <i>caput</i> , do CPC).....	1127
44.3. A multa e o “pagamento”.....	1130
44.4. Necessidade de provocação do credor na instauração da fase de cumprimento de sentença	1131
44.5. Forma de provocação – requerimento.....	1133
44.6. Expedição do mandado de penhora e avaliação, observado o disposto no art. 614, II, do CPC	1133
44.7. Intimação do demandado e prazo para apresentação da impugnação	1134

44.8.	Avaliação pelo próprio oficial de justiça e somente em casos excepcionais por avaliador	1135
44.9.	Remessa dos autos ao arquivo.....	1136
44.10.	Honorários advocatícios	1137
45.	EXECUÇÃO DAS OBRIGAÇÕES DE FAZER E NÃO FAZER.....	1141
45.1.	Introdução	1141
45.2.	Execução das obrigações de fazer	1142
45.3.	Execução das obrigações de não fazer.....	1146
45.4.	Obrigações de emitir declaração de vontade.....	1147
46.	PROCESSO DE EXECUÇÃO DE ENTREGA DE COISA.....	1153
46.1.	Execução de entrega de coisa certa	1153
46.2.	Execução de entrega de coisa incerta.....	1156
47.	EXECUÇÃO DE PAGAR QUANTIA CERTA	1159
47.1.	Início do processo de execução.....	1160
47.1.1.	Petição inicial.....	1160
47.1.2.	Averbação da execução	1163
47.1.3.	Arresto executivo	1165
47.1.4.	Citação e pagamento.....	1166
47.1.5.	Atuação do oficial de justiça.....	1169
47.1.6.	Não localização do devedor para a intimação da penhora.....	1170
47.2.	Pagamento parcelado.....	1171
47.2.1.	Introdução.....	1171
47.2.2.	Pagamento parcelado: moratória legal?.....	1172
47.2.3.	Requisitos formais.....	1173
47.2.4.	Procedimento	1175
47.2.5.	Inadimplemento das parcelas	1175
47.3.	Penhora.....	1178
47.3.1.	Definição e efeitos.....	1178
47.3.2.	Ordem legal da penhora	1180
47.3.3.	Penhora de dinheiro (<i>on-line</i>)	1184
47.3.4.	Penhora de percentual do faturamento de empresa devedora...	1190

47.3.5. Procedimento da penhora	1193
47.3.6. Substituição do bem penhorado	1196
47.3.7. Penhoras especiais.....	1200
47.4. Avaliação.....	1204
47.5. Formas de expropriação.....	1206
47.5.1. Introdução.....	1206
47.5.2. Adjudicação	1207
47.5.2.1. Introdução	1207
47.5.2.2. Novo sistema de adjudicação	1208
47.5.2.3. Momento da adjudicação	1209
47.5.2.4. Valor da adjudicação.....	1210
47.5.2.5. Legitimados a adjudicar.....	1211
47.5.2.6. Concurso de pretendentes à adjudicação	1212
47.5.2.7. Forma de escolha do sujeito quando houver pluralidade de pretendentes a adjudicar.....	1213
47.5.2.8. Auto de adjudicação	1214
47.5.2.9. Adjudicação provisória	1215
47.6. Alienação por iniciativa particular.....	1217
47.6.1. Introdução.....	1217
47.6.2. Alienação pelo exequente e a necessidade de seu pedido	1217
47.6.3. Alienação por corretor credenciado perante a autoridade judiciária.....	1218
47.6.4. Requisitos para a alienação.....	1219
47.7. Arrematação	1222
47.7.1. Introdução.....	1222
47.7.2. Requisitos formais do edital da hasta pública	1222
47.7.3. Publicidade do edital	1224
47.7.4. Dispensa da publicação de editais.....	1226
47.7.5. Comunicações da hasta pública.....	1227
47.7.6. Realização da hasta pública	1228
47.7.7. Hasta pública eletrônica.....	1229
47.7.8. Legitimados a arrematar.....	1230
47.7.9. Procedimento da hasta pública.....	1231
47.7.10. Arrematação ineficaz	1234
47.7.11. Alienação antecipada.....	1237
47.8. Usufruto executivo.....	1243
47.8.1. Introdução.....	1243

47.8.2. Objeto do usufruto executivo	1244
47.8.3. Cabimento do usufruto executivo	1244
47.8.4. Momento do usufruto executivo	1246
47.8.5. Procedimento do usufruto executivo	1247
47.9. Entrega de dinheiro ao credor	1249
48. EXECUÇÕES ESPECIAIS.....	1255
48.1. Execução de prestação alimentícia.....	1255
48.1.1. Introdução.....	1255
48.1.2. Procedimento	1257
48.1.2.1. Diferentes procedimentos.....	1257
48.1.2.2. Execução por sub-rogação	1257
48.1.2.3. Execução indireta – prisão civil	1259
48.2. Execução contra a fazenda pública	1266
48.2.1. Introdução.....	1266
48.2.2. Procedimento	1268
48.2.3. Regime dos precatórios.....	1270
48.2.4. Compensação em favor da Fazenda Pública.....	1272
48.2.5. Emenda Constitucional 62/2009 (A EC do Calote)	1273
48.2.6. Dispensa de precatório.....	1274
48.2.7. Preterição no pagamento.....	1275
49. DEFESAS DO EXECUTADO	1279
49.1. Introdução	1279
49.2. Embargos à execução.....	1279
49.2.1. Natureza jurídica dos embargos.....	1279
49.2.2. Garantia do juízo.....	1280
49.2.3. Prazo dos embargos.....	1281
49.2.4. Rejeição liminar dos embargos.....	1284
49.2.4.1. Intempestividade dos embargos.....	1285
49.2.4.2. Inépcia da petição inicial	1286
49.2.4.3. Embargos manifestamente protelatórios	1287
49.2.5. Efeito suspensivo.....	1289
49.2.5.1. Requisitos.....	1289
49.2.5.2. Ausência de preclusão judicial.....	1291

49.2.5.3. Limitação objetiva e subjetiva do efeito suspensivo...	1293
49.2.5.4. Suspensão parcial do processo.....	1294
49.2.6. Procedimento dos embargos à execução	1296
49.2.6.1. Início do procedimento	1296
49.2.6.2. Revelia	1298
49.2.6.3. Outras reações	1299
49.2.6.4. Decisão dos embargos	1300
49.2.6.5. Matérias que podem ser objeto de embargos à execução.....	1302
49.2.6.5.1. Nulidade da execução, por não ser executivo o título apresentado	1303
49.2.6.5.2. Penhora incorreta ou avaliação errônea...	1304
49.2.6.5.3. Excesso de execução ou cumulação indevida de execuções.....	1305
49.2.6.5.4. Retenção por benfeitorias necessárias ou úteis, nos casos de entrega de coisa certa	1307
49.3. Impugnação.....	1310
49.3.1. Natureza jurídica	1310
49.3.2. Matérias alegáveis em sede de impugnação.....	1311
49.3.2.1. Falta ou nulidade da citação, se o processo correr à revelia	1312
49.3.2.2. Inexigibilidade do título.....	1313
49.3.2.3. Penhora incorreta ou avaliação errônea	1313
49.3.2.4. Ilegitimidade das partes	1314
49.3.2.5. Excesso de execução.....	1314
49.3.2.6. Causa impeditiva, modificativa ou extintiva da obrigação, desde que superveniente à sentença	1315
49.3.3. Procedimento	1316
49.4. Exceção e objeção de pré-executividade.....	1323
49.4.1. Análise histórica.....	1323
49.4.2. Problemas de terminologia	1323
49.4.3. Distinção entre exceção de pré-executividade e objeção de pré-executividade	1324
49.4.4. Julgamento da exceção e objeção de pré-executividade	1325
49.4.5. Sobrevivência da exceção e da objeção de pré-executividade.....	1328

LIVRO V**TUTELA DE URGÊNCIA**

50. TUTELA ANTECIPADA E TUTELA CAUTELAR	1335
50.1. Introdução	1335
50.2. Comparação entre tutela cautelar e tutela antecipada.....	1337
50.2.1. Diferenças.....	1338
50.2.1.1. Natureza jurídica	1338
50.2.1.1.1. "Cautelares satisfativas".....	1339
50.2.1.2. Requisitos para concessão	1340
50.2.1.3. Atividade oficiosa do juiz.....	1341
50.2.1.4. Autonomia	1343
50.2.2. Identidades	1346
50.2.2.1. Provisoriedade.....	1346
50.2.2.2. Cognição sumária – juízo de probabilidade	1347
50.2.2.3. Inexistência de satisfação jurídica	1348
50.2.2.4. Requisitos para concessão	1349
50.3. Conclusões da comparação	1349
50.3.1. Aplicação subsidiária da teoria geral cautelar à antecipação de tutela	1350
50.3.1.1. Caução.....	1350
50.3.1.2. Audiência de justificação.....	1351
50.3.1.3. Responsabilidade objetiva	1352
50.3.1.4. Competência	1353
50.3.1.5. Efeitos da apelação	1354
50.3.2. Fungibilidade entre as espécies de tutela de urgência.....	1355
51. TUTELA ANTECIPADA	1357
51.1. Introdução	1357
51.2. Espécies de tutela antecipada	1357
51.3. Antecipação de tutela de parcela incontroversa da pretensão (art. 273, § 6.º, do CPC)	1359
51.4. Efeitos antecipáveis	1363
51.5. Processos e procedimentos compatíveis.....	1366
51.6. Requisitos positivos	1368

51.6.1. Prova inequívoca da verossimilhança da alegação	1368
51.6.2. Receio de dano irreparável ou de difícil reparação	1371
51.6.3. Abuso do direito de defesa ou manifesto propósito protelatório do réu	1371
51.6.3.1. Abuso do direito de defesa.....	1372
51.6.3.2. Manifesto propósito protelatório do réu.....	1373
51.7. Requisito negativo – irreversibilidade	1374
51.8. Legitimação.....	1376
51.9. Discricionariedade e fundamentação da decisão	1378
51.10. Momento da antecipação.....	1379
51.10.1. <i>Inaudita altera parte</i>	1380
51.10.2. Sentença	1381
51.10.3. Fase recursal.....	1385
51.11. Eficácia temporal da tutela antecipada.....	1387
51.12. Revogação ou modificação	1389
51.13. Efetivação.....	1391
51.14. Tutela antecipada contra a Fazenda Pública	1393

52. TEORIA GERAL DA TUTELA CAUTELAR 1397

52.1. Características	1397
52.1.1. Sumariedade	1397
52.1.2. Provisoriamente	1398
52.1.3. Instrumentalidade.....	1399
52.1.4. Revogabilidade.....	1400
52.2. Competência	1403
52.2.1. Críticas ao art. 800, <i>caput</i> , do CPC	1403
52.2.2. Ações cautelares probatórias	1405
52.2.3. Competência e prevenção do juízo	1406
52.2.3.1. Juízo competente e prevenção	1406
52.2.3.2. Juízo incompetente e prevenção.....	1406
52.2.3.3. Prevenção do juízo e cautelares probatórias.....	1407
52.2.4. Competência cautelar em grau recursal.....	1408
52.3. Mérito cautelar	1409
52.4. Procedimento.....	1411
52.4.1. Petição inicial.....	1411

52.4.2. Contraditório na demanda cautelar.....	1412
52.4.3. Revelia.....	1413
52.4.4. Instrução probatória	1413
52.4.5. Sentença	1414
52.5. Liminar	1415
52.6. Coisa julgada material.....	1417
52.7. Poder geral de cautela.....	1419
52.8. Prazo de eficácia da medida cautelar.....	1422
52.9. Cessação da eficácia da tutela cautelar	1424
52.9.1. Não propositura da a�o principal em 30 dias (art. 808, I, do CPC)	1424
52.9.2. Ausência de execu�o da tutela cautelar no prazo de 30 dias (art. 808, II).....	1425
52.9.3. Extin�o do processo principal com ou sem resolu�o do mérito	1425
52.10. Responsabilidade objetiva	1426
52.10.1. Introdu�o.....	1426
52.10.2. Hipóteses legais de responsabilidade objetiva.....	1427
52.10.2.1. Sentença no processo principal for desfavorável (art. 811, I, do CPC).....	1427
52.10.2.2. Obten�o da cautelar liminarmente e não promo�o de cita�o do requerido em cinco dias (art. 811, II, do CPC)	1427
52.10.2.3. Cessa�o da eficácia nos casos do art. 808 do CPC (art. 811, III, do CPC).....	1428
52.10.2.4. Sentença de prescri�o e decadência (art. 811, IV, do CPC)	1428
52.10.3. Liquida�o e execu�o	1428
53. ARRESTO.....	1431
53.1. Conceito	1431
53.2. Pressupostos para a concessão do arresto.....	1432
53.3. Aspectos procedimentais	1434
54. SEQUESTRO	1437
54.1. Conceito	1437
54.2. Distin�o entre arresto e sequestro	1438
54.3. Pressupostos para a concessão do sequestro	1440

55. CAUÇÃO	1443
55.1. Conceito	1443
55.2. Classificação	1444
55.3. <i>Cautio pro expensis</i> (caução para pagamento de custas e honorários advocatícios)	1446
55.4. Aspectos procedimentais	1447
 56. BUSCA E APREENSÃO	 1449
56.1. Conceito	1449
56.2. Espécies	1450
56.3. Procedimento	1451
 57. EXIBIÇÃO DE COISA OU DOCUMENTO	 1453
57.1. Conceito de exibição	1453
57.2. As diferentes espécies de exibição de coisa ou de documento	1454
57.2.1. Exibição como meio de prova durante a fase instrutória	1454
57.2.2. Exibição preparatória para conhecimento de dados a instruir a ação principal	1455
57.2.3. Exibição fundada em direito material sobre a coisa ou sobre o documento	1455
57.2.4. Exibição cautelar de coisa ou de documento	1456
57.3. Procedimento da ação autônoma exhibitória	1457
57.3.1. Legitimidade	1457
57.3.2. Petição inicial e liminar	1458
57.3.3. Respostas do demandado	1459
57.3.4. Ausência de exibição	1460
57.3.5. Sentença	1461
 58. PRODUÇÃO ANTECIPADA DE PROVAS	 1463
58.1. Introdução	1463
58.2. Legitimidade	1464
58.2.1. Legitimidade ativa	1464
58.2.2. Legitimidade passiva	1465
58.3. Competência	1466
58.3.1. Inaplicabilidade da regra estabelecida pelo art. 800 do CPC..	1466

58.3.2. Prevenção do juízo da produção antecipada de provas.....	1467
58.4. Aspectos procedimentais.....	1468
58.4.1. Petição inicial.....	1468
58.4.2. Mérito da produção antecipada de provas	1469
58.4.3. Liminar.....	1470
58.4.4. Respostas do requerido	1471
58.4.5. Preparação e realização da prova	1473
58.4.6. Sentença	1475
59. ALIMENTOS PROVISIONAIS.....	1481
59.1. Conceito e natureza jurídica.....	1481
59.2. Alimentos provisionais e alimentos provisórios	1482
59.3. Procedimento.....	1484
60. ARROLAMENTO DE BENS	1487
60.1. Visão geral.....	1487
61. JUSTIFICAÇÃO	1489
61.1. Introdução	1489
61.2. Natureza jurídica não cautelar.....	1490
61.3. Jurisdição voluntária	1491
61.4. Espécie de prova produzida	1492
61.5. Interesse na produção da prova testemunhal	1493
61.6. Competência	1494
61.7. Procedimento.....	1494
61.7.1. Petição inicial.....	1494
61.7.2. Citação dos interessados	1495
61.7.3. Participação do Ministério Público.....	1496
61.7.4. Não admissão de defesa.....	1497
61.7.5. Irrecorribilidade.....	1498
61.7.6. Sentença	1498
62. PROTESTOS, NOTIFICAÇÕES E INTERPELAÇÕES	1501
62.1. Conceito	1501
62.2. Natureza jurídica.....	1502
62.3. Procedimento.....	1503

63. HOMOLOGAÇÃO DE PENHOR LEGAL	1509
63.1. Introdução	1509
63.2. Natureza jurídica.....	1510
63.3. Penhor legal e autotutela	1511
63.4. Procedimento.....	1512
 64. POSSE EM NOME DE NASCITURO.....	 1517
64.1. Introdução	1517
64.2. Natureza jurídica.....	1517
64.3. Legitimidade.....	1519
64.4. Procedimento	1519
 65. ATENTADO.....	 1521
65.1. Conceito e cabimento	1521
65.2. Natureza jurídica.....	1523
65.3. Procedimento.....	1524
 66. PROTESTO E APREENSÃO DE TÍTULOS.....	 1527
66.1. Introdução	1527
66.2. Protesto de título.....	1528
66.3. Apreensão de títulos.....	1529

LIVRO VI

PROCEDIMENTO ESPECIAIS DE JURISDIÇÃO CONTENCIOSA

67. CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO	1533
67.1. Introdução	1533
67.2. Consignação extrajudicial.....	1533
67.3. Competência	1535
67.4. Legitimidade.....	1536
67.5. Objeto da demanda consignatória.....	1537
67.6. Procedimento.....	1538
67.7. Complementação do depósito	1541

67.8.	Consignação de prestações periódicas	1542
67.9.	Ação de consignação fundada na dúvida referente à titularidade do crédito	1544
67.10.	Consignatória de aluguéis e outros encargos locatícios	1545
68.	AÇÃO DE DEPÓSITO	1547
68.1.	Introdução	1547
68.2.	Legitimidade e Competência	1548
68.3.	Procedimento	1549
68.4.	Depositário judicial	1551
68.5.	Prisão civil	1552
69.	AÇÃO DE ANULAÇÃO E SUBSTITUIÇÃO DE TÍTULOS AO PORTADOR	1553
69.1.	Introdução	1553
69.2.	Ação de reivindicação	1554
69.3.	Ação de substituição de título ao portador	1554
69.4.	Ação de anulação e substituição de título ao portador	1555
70.	AÇÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS	1559
70.1.	Introdução	1559
70.2.	Legitimidade	1560
70.3.	Natureza dúplice	1561
70.4.	Competência	1562
70.5.	Ação de exigir contas	1563
70.6.	Ação de dar contas	1566
71.	AÇÕES POSSESSÓRIAS	1567
71.1.	Proteção possessória	1567
71.2.	Fungibilidade	1568
71.3.	Ação dúplice?	1569
71.4.	Competência	1570
71.5.	Legitimação	1571
71.6.	Exceção de domínio	1572
71.7.	Cumulação de pedidos	1573

71.8.	Procedimento.....	1574
71.8.1.	Reintegração e manutenção de posse.....	1574
71.8.2.	Interdito proibitório	1577
72.	AÇÃO DE NUNCIAÇÃO DE OBRA NOVA	1583
72.1.	Introdução	1583
72.2.	Cabimento	1584
72.3.	Legitimidade.....	1585
72.4.	Procedimento.....	1586
72.5.	Embargo extrajudicial.....	1588
73.	AÇÃO DE USUCAPIÃO.....	1589
73.1.	Definição de usucapião	1589
73.2.	Requisitos gerais e específicos da usucapião.....	1590
73.3.	Legitimação.....	1591
73.4.	Competência	1593
73.5.	Petição inicial	1593
73.6.	Citações e intimações.....	1594
73.7.	Sentença e transcrição no registro de imóveis.....	1595
73.8.	Usucapião como matéria de defesa.....	1595
74.	DIVISÃO E DEMARCAÇÃO DE TERRAS	1597
74.1.	Introdução	1597
74.2.	Procedimento da ação de demarcação	1599
74.3.	Procedimento da ação de divisão.....	1600
75.	AÇÃO DE INVENTÁRIO E PARTILHA.....	1603
75.1.	Introdução	1603
75.2.	Inventário negativo.....	1604
75.3.	Competência e universalidade do foro sucessório	1605
75.4.	Questões de alta indagação	1605
75.5.	Administrador provisório.....	1606
75.6.	Inventariante.....	1607
75.7.	Arrolamento sumário.....	1609

75.8. Arrolamento comum.....	1610
75.9. Procedimento do inventário.....	1611
75.10. Colação	1613
75.11. Sonegação	1614
75.12. Pagamento das dívidas.....	1615
75.13. Herdeiro preterido	1616
75.14. Partilha	1616
76. EMBARGOS DE TERCEIRO	1625
76.1. Conceito	1625
76.2. Hipóteses especiais de embargos de terceiro.....	1627
76.3. Legitimação.....	1628
76.4. Competência	1631
76.5. Prazo para ingresso dos embargos de terceiro	1632
76.6. Procedimento.....	1634
77. AÇÃO DE HABILITAÇÃO	1637
77.1. Introdução	1637
77.2. Procedimento.....	1638
78. AÇÃO DE RESTAURAÇÃO DE AUTOS	1641
78.1. Introdução	1641
78.2. Legitimidade.....	1642
78.3. Competência	1643
78.4. Procedimento.....	1643
79. VENDAS A CRÉDITO COM RESERVA DE DOMÍNIO	1647
79.1. Introdução	1647
79.2. Procedimento da execução do preço.....	1648
79.3. Procedimento para recuperação da coisa vendida.....	1648
80. AÇÃO MONITÓRIA.....	1651
80.1. Conceito	1651

80.2. Natureza jurídica.....	1652
80.3. Admissibilidade	1654
80.4. Fazenda Pública e ação monitória	1656
80.5. Incapaz e ação monitória.....	1658
80.6. Ingresso da monitória	1658
80.7. Expedição do mandado monitório e citação do réu	1661
80.8. Posturas do réu	1661
80.9. A natureza jurídica do pronunciamento judicial de deferimento do mandado monitório	1663
80.10. O pronunciamento concessivo do mandado monitório como despacho de mero expediente.....	1664
80.11. O pronunciamento que defere o mandado monitório considerado como sentença – ocorrência da coisa julgada material	1665
80.12. O pronunciamento concessivo do mandado monitório como decisão interlocutória	1666
80.13. O mérito no processo monitório e seu julgamento.....	1667
80.14. Natureza jurídica dos embargos ao mandado monitório.....	1671
80.15. Procedimento dos embargos ao mandado monitório.....	1672
80.16. Fase de cumprimento de sentença	1674
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	1677